

## PARANÁ AGRÁRIO, PARANÁ URBANO: o processo de modernização agrícola e a luta pela terra no Estado do Paraná.

Kauê Avanzi<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo a seguir busca dar conta de, através da teoria da implicação e da análise institucional (BAITZ, 2006, 2013; ALTOÉ, 2004; LOURAU, 1988), expor as contradições e o papel da relação campo-cidade na produção capitalista do Espaço. Para isso, utilizo-me de descrições elaboradas em trajetos realizados de caminhão e ônibus por rodovias do Estado do Paraná, analisando a produção e o escoamento de *commodities* desde a região norte do Estado até o porto de Paranaguá, passando pelo centro político e financeiro de Curitiba, cidade planejada e reordenada em praticamente todo o período aqui retratado. Quero, com isso, evidenciar as transformações radicais na vida cotidiana que os grandes projetos elaborados pelo Estado e pelo Capital implicam na vida dos mais pobres, assim como a resistência destes ao longo do tempo em relação a estas mesmas transformações. A experiência em curso é a de articular uma discussão referente à vida cotidiana e de metodologia em Geografia, tendo em vista superar as amarras da relação sujeito-objeto, tão caras à ciência de cunho positivista.

**Palavras-chave:** Campo-cidade, vida cotidiana, Paraná.

### Introdução: Times New Roman, tamanho 12, negrito, espaçamento 1.5

Observemos ao nosso redor. Nosso olhar, fixo no horizonte, visualiza na paisagem um quadro de uma desigualdade gritante, talvez único em nossa história. Centros financeiros envidraçados, com prédios que brilham sob o sol como pedras preciosas que se alinham sobre a cidade. Complexos de transporte, vias rápidas, revitalizações de zonas degradadas são alguns dos elementos que mobilizam a vida nas grandes cidades no Brasil e no mundo. Vive-se hoje, na humanidade, um fato inteiramente novo, e sem precedentes na história conhecida: vive-se sob um modo de produção majoritariamente urbano, com a maior parte da população humana vivendo em cidades que crescem sem cessar, sendo enorme o número das que já ultrapassaram seu primeiro milhão de pessoas, quadro impensável no início do século XX (DAVIS, 2006). Na outra face temos a exclusão e a miséria na qual vive grande parte da população nos vastos rincões rurais, bairros pobres e nas ruas das grandes cidades. Às margens da cidade e do urbano encontramos uma massa de pessoas que vivem em habitações precárias, montadas com materiais improvisados, ou dormem nas ruas, destituídas dos direitos mais básicos que o Estado promete universalmente sob o capitalismo. A produção do urbano é, ao mesmo tempo, a

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo PPGH-USP e Professor na rede Estadual de Ensino do Paraná.  
 kaueguitar@hotmail.com

produção do seu avesso. A intensificação do urbano e da vida urbana, como aquela que dá todas as possibilidades culturais, políticas e econômicas a indivíduos e a alguns grupos sociais, produz simultaneamente o seu avesso.

A década de 1970 é um ponto marcante na expansão da fronteira urbana no Brasil, pois à partir dela coloca-se as metrópoles no centro do processo de reprodução do Capital, a nível nacional e internacional. A partir de então, é necessário atualizar um debate envolvendo os pressupostos da produção capitalista do Espaço e até que ponto a questão da renda da terra em Marx é, ainda, relevante para a compreensão da questão urbana. É necessário entender os conteúdos por trás da crise da cidade que se expressa de maneira cada vez mais radical nos conflitos de classe na cidade e no campo e no processo total de nosso modo de produção.

A circulação de capital, a nível geral, busca ser acompanhada por um lastro material, uma mercadoria que possa ser mobilizada em favor do lucro de determinado grupo de investidores que injetaram capital em um ou outro pedaço do planeta. A terra, que não pode circular por navios e aviões entre os países, é uma contradição enquanto mercadoria no capitalismo contemporâneo. Esta, por si só, não possui um valor de troca, por não ser fruto de trabalho humano, mas possui um valor de uso e meio de produção, já que é a base material necessária à produção de mercadorias (MARX, 2011). O mercado de terras se constitui, portanto, do monopólio que o proprietário possui sobre o uso, as utilidades, a localização, entre outros elementos, da propriedade fundiária.

A intensificação do monopólio da terra nas mãos de empresários capitalistas no campo, aliado a um processo de modernização das forças produtivas, gera um grande fluxo de retirantes, que circulam pelo país em busca da sobrevivência que seus locais de origem não mais conseguem oferecer. O que se perde neste momento, vai para além do local de plantio e de moradia, para além da perda de uma profissão. Os dados estatísticos trabalhados neste artigo apresentam seus limites na medida em que não conseguem dimensionar a perda a suportar, e o estranhamento frente as novas relações sociais que se desenvolvem. Damiani (2008), em seu livro *População e Geografia* diz que é necessário, para compreender os fenômenos populacionais em sua dimensão total, dramatizar as estatísticas. Mas como fazer isso diante de uma ciência que fragmenta sujeito e objeto de pesquisa enquanto distantes um do outro. Como produzir conceitos em uma realidade se me distancio dela?

Pensemos uma fotografia aérea, estudada por um geógrafo qualquer. Ao observar esta imagem o que vemos? O Espaço em si? Ou a representação deste? Ao observar esta fotografia

vê-se campos ou montanhas, cidades ou áreas de produção agropecuária. Há como decifrar elementos importantes daquela realidade através desta imagem. No entanto, ela permanece sendo apenas um momento estático de uma realidade em pleno movimento. A imagem é uma mera representação de uma fração de segundo na qual o obturador de uma câmera se fecha e captura uma composição de luz que nunca tornará a se repetir. E, no entanto, quando fazemos ciência, pode se cair no risco de tomar esta representação do Espaço como o próprio Espaço. Tornamos o Espaço em Espetáculo (DEBORD, 2010).

Assim, grande parte dos processos de transformação na sociedade – e em consequência do espaço – são representadas como mudanças abstratas no campo da ordem e da lei. É como se ter ou não aprovada tal ou qual norma, lei ou regra transformasse a vida cotidiana simplesmente por sua manifestação na forma jurídica, e não pelos conflitos sociais reais e na luta de classes que implicam vitórias e derrotas para tal ou qual setor desta mesma luta de classes. A fotografia aérea não captura os embates, o sofrimento e as alegrias que preenchem de vida o Espaço.

Desta forma, se retira o histórico do espaço e ele se autonomiza. Mas quando se acessa o plano do vivido, podemos ao mesmo tempo acessar os conteúdos da desigualdade da economia moderna. Precisamos pensar em uma Geografia que narre o cotidiano, o vivido, o implicado. Só assim poderemos compreender como os processos que estudamos no nível<sup>2</sup> econômico, no macro, na totalidade, rebatem no dia-a-dia daqueles sujeitos que não passam de números nas cadernetas dos planejadores e políticos, ou de um feixe de luz em uma fotografia.

Nesta tentativa, como alguém que se reconhece na cidade que estuda, que viveu na pele muitos de seus embates, encontrei na teoria da implicação (BAITZ, 2006, 2013; ALTOÉ, 2004; LOURAU, 1988) uma base teórica para dar conta de explicar um processo de movimentação social do qual fizemos parte. Porque me distanciar do problema sobre o qual pesquiso? Porque não pensar que estudo uma sociedade na qual vivo e penso de acordo com minhas vivências nela?

---

2 Compreendemos a noção de nível a partir de Henri Lefebvre, onde esta se coloca como termo médio entre forma e sentido na relação sujeito-objeto. A forma se trata da capacidade de decifrar um objeto em partes menores, em escalas mas próximas, íntimas. A forma urbana pode ser decifrada no cotidiano, por exemplo. O sentido é a capacidade de integrar este mesmo objeto a unidades maiores, de escala ampliada, tal como a cidade que se molda aos fluxos do capitalismo financeiro global. A noção de nível atravessa a forma, o sentido e a estrutura, implodindo-os. A estrutura segmenta, o nível, pensado como escala, põe em relação o sujeito, o objeto e a totalidade. Ver Henri Lefebvre. Posição contra os tecnocratas. Nova Crítica. 1988. Em especial o capítulo “A noção de nível”.

A construção que segue é uma representação dos conflitos no campo e na cidade no Paraná à partir de viagens realizadas de ônibus e de carona em caminhões em trechos de rodovia entre o litoral paranaense e a região Norte do Estado, onde pude elaborar, na troca com os sujeitos que se relacionavam comigo, uma descrição das contradições na produção capitalista do Espaço paranaense. A experiência é o que segue.

### **No meio do caminho uma pedra: um estudo de campo pelas estradas paranaenses**

Se partimos, em um caminhão ou carro desde o litoral paranaense até a região denominada como Norte Novo (MAACK, 2012), podemos, seguindo algumas rodovias que cortam o Estado do Paraná, caminhar quase que em uma linha reta que segue pelo estado sentido noroeste. Se parto do litoral, de planície litorânea e sedimentar, o Porto de Paranaguá apresenta grande importância para entender o agronegócio paranaense, aparecendo como o maior porto graneleiro da América Latina<sup>3</sup>. Pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, são populações cada vez mais empobrecidas em seu duelo cotidiano contra o crescimento do porto, que polui as águas, mata os peixes e valoriza as áreas em que vivem através da especulação imobiliária, inviabilizando cada vez mais seus modos de viver.

Seguindo via BR-277 pela serra do mar, nos deparamos com um típico compartimento de mares de morros, escarpa de falha e serra marginal formadas entre o Neo-cretáceo e o terciário, por onde a sinuosa e florestada estrada liga as cidades portuárias de Antonina e Morretes que, devido ao seu papel secundário em relação à Paranaguá, reforça a renda municipal com o turismo histórico. Recria-se a arquitetura do período colonial, o qual estas cidades enriqueceram através da mineração do ouro na Serra do Mar (MAACK, 2012). O centro urbano e oferece atrativos serranos, em especial no inverno: reconstrói-se um ambiente europeu. No rumo do primeiro planalto, o de Curitiba, chegamos à capital do Estado, que se desenvolveu sobre planícies suavemente onduladas de altitudes variadas entre 850 e 950m, com a formação de várzeas fluvio-lacustres do período Holoceno, um terreno muito semelhante ao da cidade de São Paulo com rios sinuosos, preguiçosos nos vales inundados da cidade por onde agora circulam grande parte dos fluxos financeiros e da administração estatal paranaense<sup>4</sup>. É aqui que

---

3 Segundo a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Ver: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br>.

4 Ver: AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. Ateliê Editorial. Cotia-SP. 2007. e MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Editora UEPG. Ponta Grossa. 2012.

se desenham os planos e projetos de governo para o campo e para a cidade no Estado inteiro, onde reforça-se uma imagem para o todo o Estado de um modo paranaense de ser e viver que é na verdade expressivo somente em Curitiba, e mesmo assim, de um setor urbano muito específico desta cidade.

O avesso da cidade modelo se revela em nosso trajeto quando passamos pelo que parece ser uma mistura de área rural com periferia urbana nos limites de Morretes com Curitiba, passando por uma área industrial quando nos aproximamos da zona Sul da cidade, em especial quando liga-se a rodovia à linha verde, uma das principais vias de acesso à cidade. Curitiba, que esconde sua pobreza através da imagem de cidade limpa, civilizada e organizada encobre o imenso anel de pobreza absoluta que a circunda. Aqui, onde o sobrenome que se carrega ainda é sinônimo de distinção social, podemos vislumbrar uma outra face da cidade nos bairros do Sítio Cercado, Umbará, CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e Pinheirinho. O intenso fluxo de caminhões que vão e vêm pela estrada disputam espaço com ciclistas que, às beiras da pista, encaram uma verdadeira batalha para trabalhar, pedalando muitas vezes longas distâncias devido a falta de recursos para pagar as passagens de ônibus.

Se seguirmos pela BR-376 (Rodovia do Café), após passarmos por uma zona montanhosa formada por erosão regressiva, uma planície de altitudes entre 950 e 1050 metros, batemos de frente com uma escarpa devoniana. Esta região é formada por uma vegetação adaptada a um clima mais frio, devido à altitude, com a mata com Araucárias, onde os solos fracos e as constantes geadas impedem uma exploração agrícola de maneira extensiva. Destaca-se por aqui, principalmente, o monocultivo de pinus e eucalipto, com grande força para a produção de banana na região do Vale do Ribeira, cultivada por famílias de pequenos agricultores e quilombolas que habitam a região. Após cruzarmos a escarpa, nos deparamos com outro aspecto geomorfológico na paisagem quando passamos pelo segundo planalto paranaense, em Ponta Grossa. Formado nos períodos devoniano e permiano, o planalto se torna evidente ao passar pelo relevo ruiforme do Parque Estadual da Vila Velha. O município de Ponta Grossa se coloca como um grande porto seco por ser um dos entroncamentos rodoviários mais importantes para o estado, ligando a produção do Norte e do Sul do Estado em direção à Curitiba e Paranaguá. Cultiva-se por aqui principalmente milho, cana-de-açúcar e soja.

Ao cruzar a escarpa Mesozóica, chegamos ao terceiro planalto, o de Guarapuava, onde espigões e chapadas formadas por derrames vulcânicos dão origem a um solo fértil e vermelho, marcado especialmente pela cultura da soja e da cana-de-açúcar. As estradas estão povoadas de



caminhões que carregam os grãos produzidos no interior para o litoral equipados com a mais alta tecnologia para realizar este transporte. Há assistência técnica para as empresas, os caminhões são rastreados e securitizados. Alguns vêm equipados com sistemas computadorizados para descobrir eventuais defeitos nas peças mais rapidamente, ou com peças como os *Intercoolers*, que adicionam uma carga maior de oxigênio na explosão do motor, fazendo-o render mais com menos *óleo diesel*.

Próximo ao final de nosso trajeto se localizam importantes cidades, como Londrina, Apucarana e Cornélio Procópio, limitando-se ao norte com o Rio Paranapanema, explorando-se, através de um complexo sistema de represas, grande parte da energia elétrica gerada no Estado, no complexo que forma Itaipú. Continuando nesta direção passamos por Maringá, grande entreposto comercial e outro porto seco, que recebe a produção agrícola do noroeste do Estado – em direção à Paranavaí – e do Sul do Mato Grosso do Sul. Aqui estamos em uma região de solo menos produtivo, de base arenítica, onde produz-se laranja nos arredores de Paranavaí, e cana-de-açúcar, limitada ao norte com os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. A paisagem é dominada pela lavoura monocultora, mecanizada e com instrumentos da mais alta tecnologia, com máquinas que são guiadas, no plantio e na colheita da cana de açúcar, via satélite, cabendo ao condutor o trabalho apenas de administrar eventuais erros. Grandes grupos empresariais, nacionais e estrangeiros realizam negócio nesta região, tais como a Cargil<sup>5</sup>, a Louis Dreyfus<sup>6</sup> e o grupo Adecco Agro<sup>7</sup>. Entender a produção agrícola desta aqui é

---

5 Empresa dos Estados Unidos que atua no setor agropecuário. “A Cargil fornece comida, agricultura, produtos e serviços financeiros e industriais para o mundo. Em conjunto com agricultores, clientes, governos e comunidades, nós ajudamos pessoas a prosperar através da aplicação de nossos conhecimentos e 150 anos de experiência. Temos 150 000 trabalhadores em 70 países que se comprometeram a alimentar o mundo de maneira responsável, reduzindo o impacto ambiental e melhorando as comunidades onde vivemos e trabalhamos.” Fonte <http://www.cargill.com> Original em inglês. Tradução do autor.

6 Grupo Francês-Belga que trabalha no setor agropecuário, em especial com a cana-de-açúcar. Segundo o site da empresa “Louys Dreyfus Company é líder no comércio e no processamento de bens agrícolas. Nós extendemos nossa extensa rede global de ativos para servir a nossos clientes em todo o mundo, oferecendo os produtos corretos nos locais corretos – de maneira segura, responsável e confiável. Nossas atividades abrangem do campo à mesa através de uma ampla rede de negócios. Desde 1851 nossa carteira tem crescido para incluir sementes oleaginosas, grãos, arroz, fretes, finanças, café, algodão, açúcar, suco, itens de consumo diário, fertilizantes e produtos relacionados, e metais. Nós ajudamos a alimentar e a vestir cerca de 500 milhões de pessoas todos os anos, por originalidade no processamento e transporte de cerca de 81 milhões de toneladas de produtos. Estruturada como uma organização matricial dividida em 5 feições geográficas e 12 plataformas, Louis Dreyfus é ativa em mais de 100 países e emprega mais de 22 000 pessoas em todo o mundo, em épocas de pico.” Fonte: <http://louisdreyfus.com> Original em inglês. Tradução do autor.

7 Grupo do empresário Norte-americano Georg Soros. “Nós possuímos terras produtivas e instalações industriais distribuídas pelas regiões mais produtivas de Argentina, Brasil e Uruguai, onde produzimos mais de 1,3 milhões de toneladas de produtos agrícolas, incluindo arroz, açúcar, leite, girassol, milho, trigo, soja, etanol e bioeletricidade. (...) Desde 2011 nossas ações são negociadas publicamente na bolsa de Nova York sob o símbolo

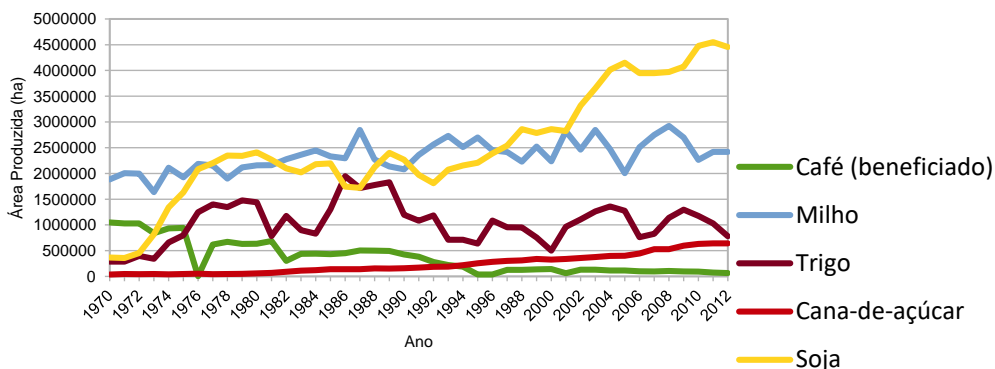
também compreendê-la como ligada social e historicamente a outras regiões do Paraná e do Brasil. Pensemos, portanto, o papel agrícola do Paraná em relação ao Brasil.

### A agricultura paranaense e a produção do monopólio da terra

O Estado do Paraná, na região Sul do Brasil, é nacionalmente conhecido por sua produção agropecuária. O desenvolvimento deste setor aqui, hoje com extensos latifúndios de soja (ocupando o Estado desde o Sul em direção ao Noroeste) e cana-de-açúcar (estendendo-se pela fronteira Norte, com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) dá ao Estado uma participação importante na produção agrícola de grande porte para a exportação do país (SEAB-PR, 2015).

Para se ter uma ideia do desenvolvimento do uso do solo na agricultura paranaense nos últimos anos, cabe analisar alguns aspectos do avanço de algumas destas culturas neste mesmo Estado em comparação ao todo nacional. Se analisarmos os dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, a SEAB-PR, podemos observar alguns fatores nos gráficos 1 e 2:

Área produzida com soja, cana-de-açúcar, milho, trigo e café no Estado do Paraná (1970-2012)



AGRO. Atualmente empregamos mais de 8.000 pessoas, a maioria das quais representa a criação de trabalho genuína impulsionada por nossos projetos de desenvolvimento.” Fonte: <http://www.adecoagro.com> Original em inglês. Tradução do autor.

Os dados apresentam um recorte de tempo que vai desde o ano de 1970 até o ano de 2012 (a SEAB-PR não possui dados posteriores a este ano) no Brasil e no Estado do Paraná, considerando a área plantada, em hectares, com alimentos produzidos geralmente em grande escala, ou seja, entendidos aqui como grandes produtores e empresários na exploração agrícola de milho, soja, cana-de-açúcar e café (beneficiado). O Brasil apresenta um crescimento da produção agrícola a ritmo vertiginoso, evidente nas zonas de fronteira<sup>8</sup>, onde a abertura de novas fazendas é feita, muitas vezes, na base da violência e evidenciada nos dados acima. Observamos um crescimento considerável da área em hectares onde se produz soja, que se expande desde o Rio Grande do Sul até ao Sul de Goiás graças ao uso de sementes transgênicas desenvolvidas para suportar climas mais quentes, chegando a ocupar 49% da área plantada em grãos; a cana-de-açúcar que ocupa praticamente todo o Estado de São Paulo, se expandindo para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Norte do Paraná e onde o Brasil se coloca como o responsável por mais da metade de oferta mundial; o café que se expande por Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo, em uma produção crescente que mantém o país como o maior produtor e exportador de café do planeta; além de milho e trigo, que se mantém estáveis em área, mas com produtividade crescente.<sup>9</sup>

Observa-se, para o Paraná, que a Soja apresenta um crescimento em área bastante considerável – acompanhado de um crescimento de produtividade evidente nos dados fornecidos pela SEAB-PR – onde vemos o avanço, pelo Sul, das plantações de soja neste período; enquanto o trigo apresenta oscilações na área produzida, com ápice na década de 1980; o café mantém uma queda gradual, desde os estragos causados pela grande geada de 1976, sendo produzido em algumas zonas de Terra Roxa no Norte do Estado; e a cana-de-açúcar, quase inexistente na década de 1970 neste Estado, mas que apresenta uma expansão considerável pelo Norte, acompanhando a expansão dos canaviais paulistanos em direção ao chamado Pontal do Paranapanema; enquanto o milho permanece com uma produção estável em área, mas crescente em produtividade ao longo do período, tendo em vista que o Paraná é Estado que mais colhe e exporta este grão no Brasil. Mas se observamos as pequenas culturas enxergamos um quadro bastante diferente, observado nos gráficos 3 e 4:

---

8 “(...) a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira Geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (marcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjulga e explora.” MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. Contexto. São Paulo. 2009. p. 11.

9 Informações retiradas da SEAP-PR e do Ministério da Agricultura <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas> Acesso em 10/10/2016.



Gráfico 3: Área produzida com Mandioca, Feijão, Batata Inglesa e Arroz no Brasil (1970-2012)

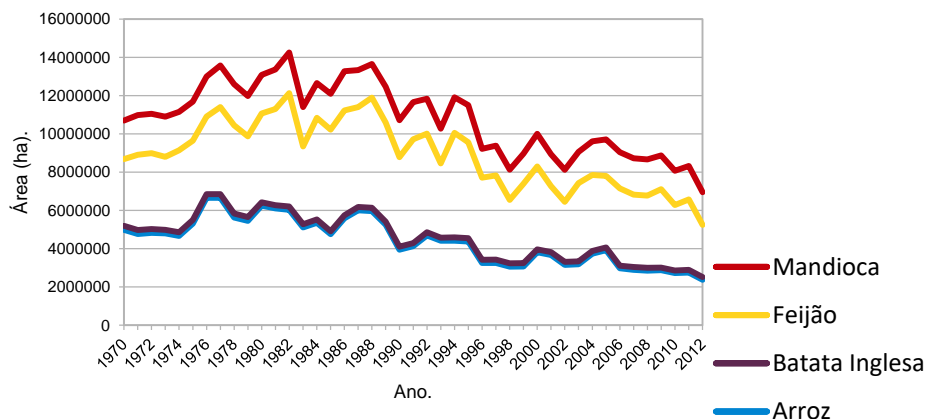
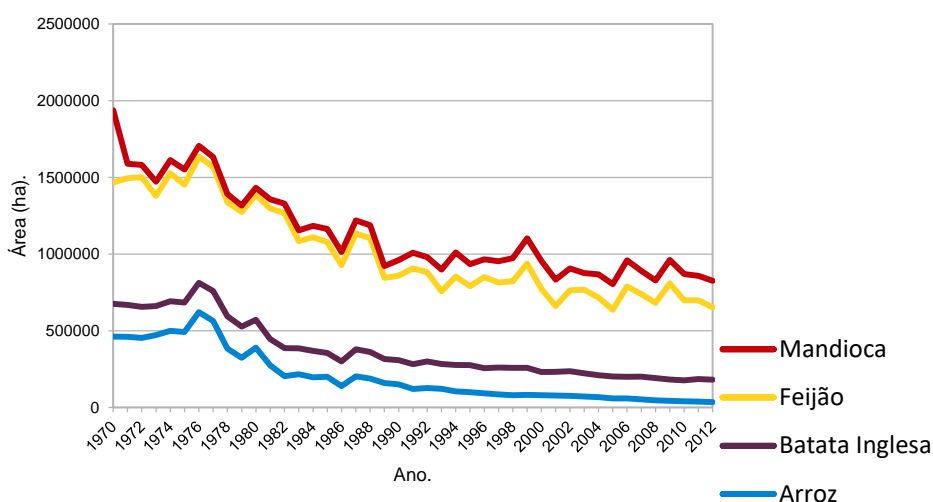


Gráfico 4: Área produzida com Mandioca, Feijão, Batata Inglesa e Arroz no Paraná (1970-2012)



É interessante observar como no caso de culturas alimentares, tradicionalmente produzidas em pequena propriedade, tais como mandioca, feijão, batata inglesa e arroz o quadro é necessariamente o inverso do que observamos com o latifúndio monocultor. Tanto na escala nacional como na escala do Estado do Paraná essas culturas tem um recrudescimento gradual em área, paralelo ao crescimento das culturas presentes nos gráficos 1 e 2. Logo, podemos pensar em uma substituição em área das pequenas culturas policultoras em extensos latifúndios monocultores tanto a nível nacional quanto, de maneira mais intensa, no Estado do Paraná. Mas tal quadro deve ser analisado de maneira mais complexa que a mera exposição destes números. Dramatizemos os números para compreendê-los a partir da vida cotidiana.

## Uma breve história rural-urbana do Norte paranaense

Falar do Paraná é, em alguns momentos, também falar de São Paulo. A cultura do café foi, por muito tempo, o motor da economia e do crescimento paulista, com companhias de colonização indo buscar mão de obra entre os imigrantes que chegavam ao país. A sua expansão e a alta taxa de lucratividade alimentou, à partir da década de 1930, um mercado de terras que através das companhias do colonização passaram a realizar negócios, comprando terras, loteando-as e revendendo a quem tivesse interesse por ellas. Neste contexto se formam cidades que abrigam os trabalhadores da lavoura no trajeto da expansão cafeeira. A renda da terra gerada a partir dos loteamentos e colônias rurais que abrigavam migrantes italianos, espanhóis, negros e nordestinos gerou, junto a uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo a partir de 1929, a transformação dos regimes de posse de terras, que se tornam lastro de capital necessário para a industrialização e o rápido crescimento de cidades como São Paulo e, posteriormente, Curitiba (MONBEIG, 1984).

No Norte do Paraná, área em que a cultura do café atingiu seu ápice na década de 1960, sendo considerada uma das áreas de produção cafeeira mais importantes do mundo, as então florestas tropicais são largamente substituídas pelo monocultivo do café, com o território sendo colonizado de maneiras diversas a depender da localização e da época. Kohlhepp (2014), geógrafo alemão que realizou seus estudos da região na década de 1970 divide a área em três regiões, sendo elas as seguintes:

*Norte Velho*: Área que abrange da divisa de São Paulo, à leste, até o Rio Tibagi, a oeste, onde prevaleceu a ocupação mais ou menos espontânea da terra;

*Norte Novo*: Se estende do Rio do Ivaí até o joelho do Ivaí, colonizado desde 1930, em especial pela colonização de empresas privadas, como a Melhoramentos.

*Norte Novíssimo*: Colonizado especialmente após a década de 1950, se estendendo ao Sul do Paranapanema, bordejando o Rio Piquiri.

Para o autor:

“Em oposição ao Norte Velho, que fora ocupado espontaneamente segundo o tradicional sistema da cafeicultura paulistana, o desenvolvimento do Norte Novo funda-se sob a colonização privada, organizada em torno da pequena e média propriedades. Ocorre que a crise da economia mundial e a crise do setor cafeeiro haviam forçado uma reestruturação da estrutura de propriedade rural no *frontier* brasileiro, pois no Norte Novíssimo, além das atividades de algumas empresas privadas e da posse espontânea da terra, prevaleceu sobretudo a colonização dirigida pelo Estado.” (KOHLHEPP, 2014, p. 30)

À época, a região era tida como grande polo atrator de mão de obra para aqueles que, já desempregados em outras regiões, buscavam se colocar de alguma forma no mercado de trabalho, trazendo um grande número de emigrantes em um período relativamente curto.

“Exceção feita a alguns projetos isolados do governo revolucionário do México, a colonização agrária dirigida, em uma área com mais de 12.500 km<sup>2</sup>, a oeste do Rio Tibagi, foi um dos primeiros e raros grandes projetos de desenvolvimento regional na América Latina até a década de 1950, e constituiu-se em coluna vertebral do desenvolvimento no Norte Novo e Novíssimo do Paraná, capaz de transformá-lo, com

o *boom* cafeeiro do pós-guerra que se iniciara 25 anos antes, numa das zonas de colonização mais dinâmicas e brilhantes da América Latina (DOZIER, 1969, p.9; JAMES, 1969, p.464). No curso de apenas 20 anos, mais de 2 milhões de pessoas emigraram para esta região onde, apesar das quebras de suas colheitas devido às geadas, desenvolveu-se não apenas o mais importante polo cafeeiro do Brasil, mas de todo o mundo, pois suas safras recordes chegaram a colher até 25 por cento de toda a safra mundial de café.” (KOHLHEPP, 2014, p. 31)

A cultura do café era feita no regime de colonato, onde os cafezais eram entregues prontos aos fazendeiros após um período que variava de 4 a 6 anos, sendo permitido aos colonos produzir culturas alimentares entre os cafezais, tais como milho, arroz, feijão, entre outros. O trabalho envolvia toda a família – mãe, pai e as crianças, que desde o ventre acompanhavam os pais ao trabalho – dos quais em conjunto com o trato e a colheita do café forneciam a renda que estes trabalhadores rurais necessitavam para sobreviver<sup>10</sup>. Em depoimento coletado em trabalho de campo no município de Porecatu, temos deste momento o seguinte relato:

“A gente plantava no meio do café, plantava assim, arroz...o café não era pra gente...a gente plantava arroz numa carreira no meio do café, e aí a gente cortava aquele arroz com um ferro, uma foicinha, né? Cortava o arroz com o ferro, tinha um ferro de cortar. Nós cortava, carregava tudo na carcunda, não tinha condição nem nada, era tudo na carcunda mesmo, porque era tudo braçal, tudo braçal. Tinha que fazer uma mesa, furada, pra gente bater o arroz, bater os feixos, então a gente batia os feixos. Daí quebrava o milho, que nem eu falei pra você, derrubava o milho, carregava o milho pro meio da estrada, tudo na carcunda, tudo aqui no ombro, olha, no balaio. (...) Muita força! A gente carregava 40, 50, 60 balaios amontoados todos na beira do carregador, pra dali eles puxarem com o carroção. Caminhão, essas coisas assim, não usavam. Aí depois a gente arruava o café e o patrão pagava pra gente ali uma quantia de valor, né? Pra arruar os pés de café. Arruar é raspar o cisco debaixo do pé de café, é deixar lá debaixo limpinho pra debulhar o café e limpo. Aí a gente abanava. E quando o café estava seco, já secava no pé, eu abanava 40 sacos de café assim. Aí uma outra pessoa que ficava comigo rastelava e eu chegava primeiro. Eu abanava o dia inteiro, e carregava 40 sacos de café. Carregava até dois sacos de uma vez. Eu punha em minha cabeça e a companheira ponhava outro em cima. (...) Tudo isso! E as vezes, muitas das vezes, eu fazia isso grávida, esperando filho.”<sup>11</sup>

O Paraná, na década de 1960, era uma das mais significativas áreas de produção cafeeira de toda a Terra<sup>12</sup>. O solo fértil, basáltico, vermelho, *terra roxa*, rendia aos cafeicultores uma

10 “São seis anos, prazo em que a mata deve ser derrubada, queimada, o rancho deve ser feito, o café plantado e cuidado até sua primeira colheita. Durante os seis anos, outras culturas que o colono consegue colher nas terras serão suas. Neste tipo de contrato há uma armadilha: no final dos seis anos, o café que não tiver 1,5 metros de altura será contado como falho e o que tiver menos de três plantas e mais de cinco, em cada cova, será considerado falho também. Quando se faz a conta para o colono acertar com o proprietário a importância que tem direito por pé de café formado, não há o que receber. E, como sobre cada pé de café falho tem uma multa, no final seu saldo é devedor. Mesmo as safras que colhe acabam em prejuízo porque não há estradas e nem preços compensadores. Esse colono desbravador vive anos como um índio na mata, sempre com o gosto amargo da injustiça na boca. Apenas muitos anos depois esse tipo de colono consegue colocar a sua produção no mercado, vendendo sempre muito barato.” OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. 45.

11 Trecho de entrevista realizada com Dona Maria, moradora do acampamento *Herdeiros da luta de Porecatu* no município de Porecatu, no Norte do Paraná. Data da entrevista: 16 de Outubro de 2016.

12 “No seu auge, a cafeicultura paranaense, apoiada em grande parte na produção das pequenas propriedades, chegara a produzir café em 192 municípios, em 1975.” OIKAWA, Marcelo. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. 315.

produtividade ímpar, fazendo com que os fazendeiros enriquecessem com o comércio internacional desta *commoditie*. Ao mesmo tempo em que circulante nas bolsas de valores como a de São Paulo e responsável por intensa circulação de capital e investimentos na indústria de grandes cidades como Curitiba, a cafeicultura empregava o trabalho mal remunerado, semi-cativo e sem vínculos trabalhistas formais, que nas sábias palavras de Dona Maria, “naquele tempo era escravidão mesmo”<sup>13</sup>. Mas mas rápido como um golpe, a realidade é transformada:

“A forte geada de 9 a 10 de Julho de 1969 havia destruído novamente as plantações de café, mas desta vez de maneira especialmente intensa. Desse modo, no ano seguinte, presenciou-se a transformação da agricultura regional, da monocultura do café para o agronegócio diversificado e para a pecuária, sobretudo nos solos arenosos do Noroeste. A isso se adicionam grandes reviravoltas sociais nessa região: depois de anos de forte imigração de Minas Gerais, São Paulo e Nordeste nos anos de 1950 e 1960, ocorria agora uma emigração por causa de demissões de mão de obra agrícola efetiva, depois da erradicação do café. A mudança para uma agricultura mecanizada ou para pecuária extensiva levou a região a uma rápida diminuição da população rural, bem como ao desemprego, ou a relações de trabalho socialmente inseguras como as de boia-fria.” (KOHLHEPP, 2014, p. 21)

Os conflitos pela propriedade da terra se iniciam na região justamente neste período onde os pequenos proprietários e posseiros passam a ser considerados um entrave ao desenvolvimento latifúndio monocultor, necessário a este novo momento de reprodução do capitalismo. Grandes grilos de terra são realizados em porções do território paranaense onde já estavam estabelecidos camponeses que, com sua família, trabalhavam a terra. Nesta época, mais de 150 mil pequenas propriedades deixaram de existir. Para OIKAWA (2011):

“(…) a grande transformação do cenário de ocupação das terras do Norte do Paraná começa com a vinda da missão Montagu ao Brasil em 1924. Formada por grandes grupos financeiros, industriais e comerciais britânicos, vem com o objetivo de identificar oportunidades de investimentos. Uma delas ganha forma na empresa *Paraná Plantations Ltd.* que, em uma série de compras entre 1925 e 1928 adquire do Governo do Estado do Paraná cinco glebas contíguas de terras devolutas, com o total de 515.017 alqueires. Uma enorme extensão que cobre uma área que vai de leste, nas proximidades do rio Tibagi; ao norte, até o rio Paranapanema; ao sul, até o médio rio Ivaí e a oeste para além desse rio. A maior parte dessas terras – 415 mil alqueires – é disputada com ferocidade entre posseiros e possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Paraná. Para dar segurança ao seu projeto de colonização, os ingleses compram os títulos e os direitos. A compra é facilitada pelo fato de que o governo do Paraná vendeu aos ingleses 450 mil alqueires pela bagatela de 8.712 contos de réis. Em 1925. A justificativa é a ausência de acessos à região. O negócio foi ainda mais favorável aos ingleses se considerado que durante o ano de 1926 houve uma grande desvalorização do réis em relação à libra esterlina, de 31,6 para 40,69 mil réis cada libra. Cada alqueire paulista ou 24.000m<sup>2</sup> custou 20 mil-réis aos ingleses. Menos de uma libra, em qualquer situação.” (p. 41-2)

Este grande grilo de terra não foi o único, e tampouco o último ocorrido na região. Tal situação pôs em conflito grandes grupos financeiros nacionais e estrangeiros provenientes de grandes cidades e dotados de infra-estrutura e capital com posseiros e pequenos proprietários pobres que, com os poucos recursos que possuíam, tinham de enfrentar a burocracia estatal, o

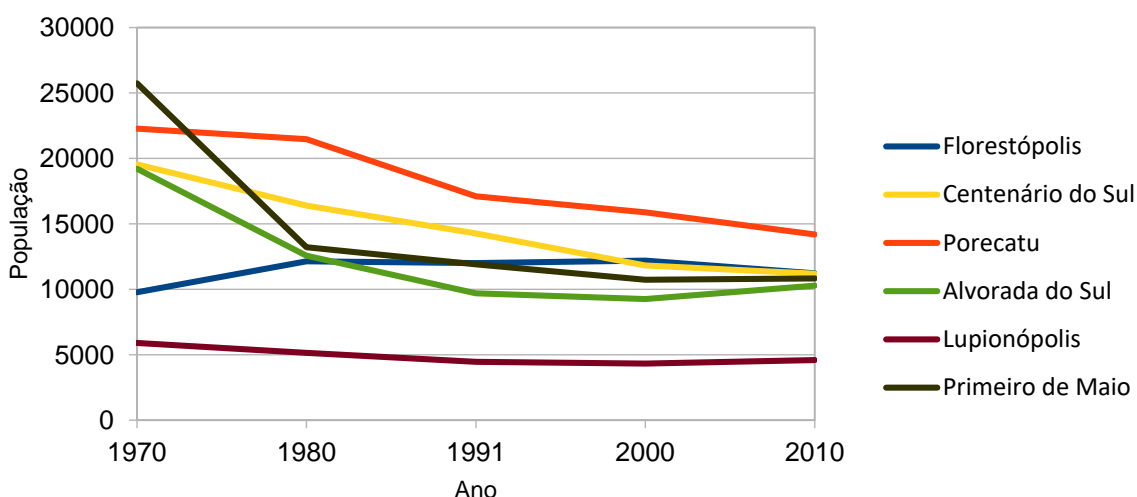
---

13 Palavras ditas por Dona Maria no dia em que a entrevista citada foi realizada.

mercado de terras e os jagunços contratados pelos fazendeiros. Neste contexto, e devido à clara opção política dada pelo Governo do Paraná aos latifundiários, organizam-se grupos armados de camponeses que – em ação conjunta ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), à época posto na ilegalidade e sob uma forte orientação maoísta de cerco, pelo campo, à cidade, conforme exposto no manifesto de Agosto de 1950 – entocam-se às matas da região e armam emboscadas aos jagunços e à polícia. As guerrilhas de Porecatu (1944-1951) e de Trombos e Formoso (1954-1964) são as fagulhas que espalham as chamas da luta pela terra no campos do Paraná e do Brasil<sup>14</sup>. No entanto, na década de 1970, Kohlhepp nos dá o seguinte quadro da agricultura no Norte do Paraná:

“Hoje, o cultivo de café, outrora dominante no Norte do Paraná, quase não tem importância, com seus cerca de 5% da área de cultivo de antes. Na contramão está o cultivo de soja, qua começou no Paraná nos anos 1960 e que, seguida do milho, é de longe a cultura mais importante. Também o cultivo de cana-de-açúcar assistiu no Norte do estado a uma forte expansão por conta do boom do bioetanol, assim como a pecuária.” (KOHLHEPP, 2014. p.21-2)

**População total dos municípios da região de Porecatu (1970-2010)**



Ou seja, mesmo após a resistência armada que se espalhou por todo o estado como resistência à expropriação de camponeses e a expansão da grande propriedade no Norte paranaense, o que assiste-se é implementação de um novo modelo produtivo no campo brasileiro e que é fundamental se queremos compreender o caráter atual de nossas cidades. Tal contexto implica, após a década de 1970, em uma forte emigração do campo com destino à grandes cidades, em busca de trabalho assalariado ou uma fonte de sobrevivência que a vida

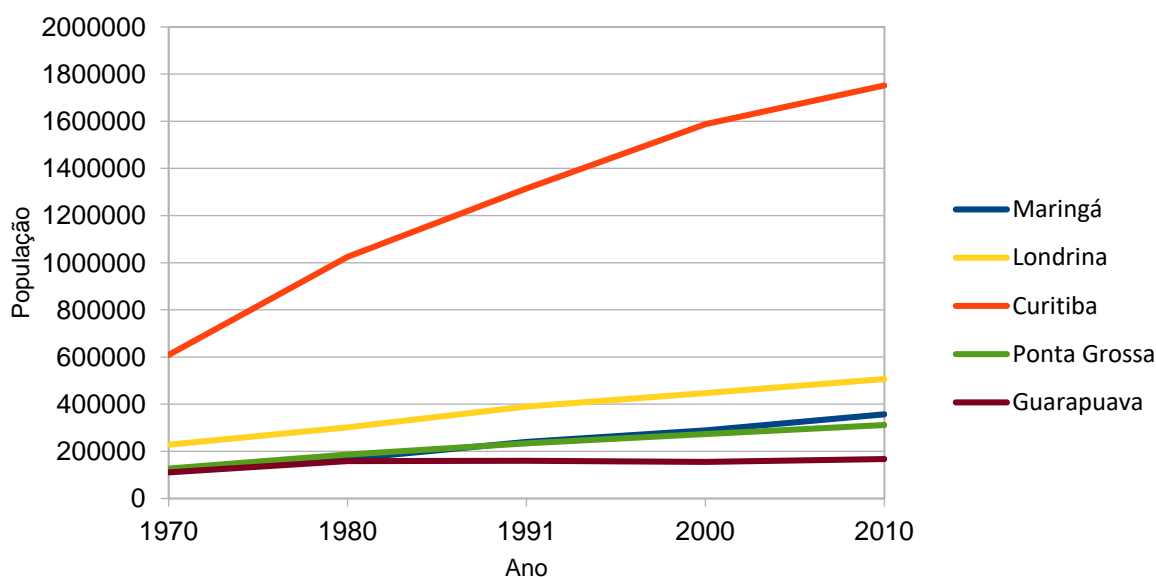
14 “Se não foi a fagulha que incendiou o campo, a luta armada de Porecatu será o ponto de partida de diversas lutas que eclodiram no decorrer de toda a década de 1950 no Paraná: Fazenda Duas Covas, Sengés, Içara, Campo Mourão, Sapecado, Piquiri, Pato Branco, Vitorino, Pitanga, Cruzeiro do Oeste, Indianópolis, Querência do Norte, Bela Vista do Paraíso, Tibagi, Paranavaí, Paranacity, Marrecas, Areia Branca do Tucum, Guaraniaçu, Guaíra e Sudoeste do Paraná” Op. Cit. p. 306.



rural já não mais oferecia. Se observarmos o crescimento populacional de alguns municípios da região de Porecatu, observamos o quadro apontado pelo gráfico 5:

É notável, no gráfico acima a grande queda populacional, em especial na década de 1970 onde esta foi mais brusca, mas que se estende até os dias atuais, conforme apontam os dados. No entanto, se analisarmos os dados referentes às principais cidades do Estado, no mesmo período, veremos um quadro que é necessariamente o inverso, conforme nos aponta o gráfico 6:

**Gráfico 6: População total de cidades no Paraná 1970-2010**



Aqui vemos o inverso do que o observado no gráfico anterior, ou seja, municípios que apresentam um crescimento populacional bastante considerável, ultrapassando bastante a mera reprodução populacional. Podemos concluir, portanto, que o quadro proposto pela Revolução Verde, baseado na monocultura extensiva, uso intensivo de máquinas e insumos agrícolas como sementes transgênicas e agrotóxicos, além do intenso gasto energético<sup>15</sup>, trás consigo um desprendimento violento da parte daqueles que, sem alternativas, rumam para as cidades mais industrializadas em busca de trabalho.

Dos dois lados – campo e cidade – se utilizam de estratégias e soluções que são técnicas para lidar com problemas de ordem social. No campo, a mecanização e o uso de insumos e as grandes corporações se colocam como solução aos conflitos fundiários; na cidade, o planejamento urbano e o ordenamento territorial de cidades é visto como solução plausível à grande leva de migrantes que chega. As transformações na agricultura paranaense, com o

15 Sobre a questão ler ALENEJANO, Paulo. PORTO-GONÇALVES. Geografia Agrária da crise dos alimentos no Brasil. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/flg0563/2s2012/Porto-Gon%c3%a1alves\\_e\\_Alentejano\\_producao\\_alimentar.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/Porto-Gon%c3%a1alves_e_Alentejano_producao_alimentar.pdf)

processo de modernização agrícola, geram o despovoamento rural e o rápido crescimento urbano no Estado, principalmente na capital e em sua região metropolitana. Para Neves:

“As transformações técnicas e econômicas ocorridas na agricultura, na forma que lhes deu a política econômica do regime militar-burguês, tinham, em parte, o objetivo de neutralizar a intensa luta pela reforma agrária, que foi um dos motivadores do golpe militar de 1964. Estas transformações provocaram uma onda crescente de migração rural-urbana, em curtíssimo prazo, do qual resultou um rápido processo de inchação de grandes e médias cidades e o surgimento dos aglomerados metropolitanos, que se refletiu em contradições agudas na estrutura urbana e no sistema de transportes coletivos.” (NEVES, 2006. p. 21) (...) “A periferização e a favelização não são uma opção, mas a única condição que resta àqueles que, na linguagem sociológica atual, são “sobrantes” no capitalismo.”(Op. Cir. p. 13).

A ditadura militar implantou, à força, um processo de modernização agrícola e concentração fundiária sem precedentes na história recente do Brasil. Com isso, impulsionou grandes levadas de pessoas a se deslocarem para grandes e médias cidades em busca de qualquer alternativa para a sobrevivência familiar. Para trás, ficam os laços, vínculos e pertencimentos que constituíram a cada um destes indivíduos. Por outro lado, a questão da renda da terra no campo se reflete também na cidade, uma vez que o acesso do pobre à terra e à moradia é precário tanto em um como no outro. A relação de Curitiba com os municípios do interior do Estado, e a simultânea reorganização e planificação da capital mostram como este mover-se do migrante não foi espontâneo, como nos apontam grande parte dos estudos sobre mobilidade do trabalho, mas calculado, organizado e planejado ao nível de um Estado autoritário à serviço de capitalistas nacionais e estrangeiros. O planejamento urbano surge, portanto, como ferramenta para amortecer as contradições que começam a aparecer em cidades como Maringá, Londrina e Curitiba. Campo e cidade, urbano e rural aparecem aqui, não como contraditórios um ao outro, mas como duas pontas de um mesmo processo que integra terra, mobilidade e trabalho.

### **Os Herdeiros da Luta de Porecatu: a luta pela terra**

Se da rodovia BR-376, no Norte do Paraná, saímos à partir de Apucarana em direção à Londrina pela BR-369 e seguirmos de lá pela PR-170, passando por Prado Pereira e Rolândia, chegaremos ao município de Porecatu, localizado ao norte do estado, na fronteira com o Estado de São Paulo, ao Sul do Rio Paranapanema, onde se observa uma imensa área alagada, na década de 1970, para a construção da Usina Hidrelétrica de Capivara. Toda a estrada, até aqui, é dominada pela cultura da Cana-de-açúcar. São extensos latifúndios desta produção até onde nossos olhos podem alcançar. Por todos os lados há um mar verde, interrompido algumas vezes por um rio ou pela planta industrial de uma usina de açúcar e/ou etanol.

Porecatu é cidade pacata, com suas ruas simples, pouco movimentadas e pavimentada nos arredores do centro. É, segundo alguns moradores, uma cidade para aposentados, pois não existe muita inserção profissional por aqui além do comércio local (padarias, farmácias, mercados, etc.), o trabalho agrícola, ou a atuação como funcionário público (professor, militar, etc.). Quatro empresas empregam trabalho em grande escala para a população: as terras que

produzem cana-de-açúcar para as usinas Cocal<sup>16</sup> e Alto Alegre<sup>17</sup>, e os frigoríficos da Jaguafrangos<sup>18</sup> e JBS<sup>19</sup>. As casas no centro urbano variam entre o simples e o extravagante, de madeira ou alvenaria e muitas com quintais decorados com belas flores entre a calçada e a porta das casas.

O município segue sendo um palco bastante recorrente de disputas pela terra, iniciando-se com as tensões entre a coroa espanhola e portuguesa pela área onde hoje se localiza Porecatu. Fazendo parte do município de Sertanópolis, se desmembrou, em 1948, nos municípios de Jaguapitã e Porecatu (OIKAWA, 2011. p. 28). O Estado novo, tendo como Presidente da República Getúlio Vargas, inaugura um novo momento para os conflitos fundiários na região:

“O Estado novo de Getúlio Vargas estabelece como prioridade a ocupação do território nacional e lança o programa Marcha para o Oeste. No Paraná, o interventor Manoel Ribas, inspirado no Homestead Act, de Abraham Lincoln, conclama quem estiver interessado em ocupar terras devolutas para vir para a região de Porecatu, visando ocupar até 200 hectares de mata ao preço mínimo de 18 mil-réis o hectare. Ali o posseiro deve derrubar a floresta, plantar, produzir e viver por seis anos. No final deste prazo poderá requerer a posse definitiva da terra. Milhares acorreram.” (Op. Cit. p. 15)

Com a saída de Vargas do poder, um novo quadro se coloca, onde estas mesmas áreas passam a ser comercializadas para a produção em grande escala de café. O Estado, com o auxílio de força policial e de jagunços contratados pelos novos proprietários, trata de garantir a entrega das terras livres de “invasores” aos novos proprietários. A partir do governo de Moisés Lupion, os posseiros passam a se organizar e resistir para não serem expulsos das terras as quais

---

16 “Há mais de três décadas no mercado sucroenergético nacional, a Cocal produz açúcar, etanol e cogera energia elétrica a partir da biomassa em suas plantas industriais, localizadas nos municípios de Paraguaçu Paulista e Nanduba, no interior do Estado de São Paulo.

Hoje, é uma das mais importantes companhias do setor sucroenergético, compreendendo a produção de cana de açúcar, etanol e energia elétrica.” A região de Porecatu possui terras arrendadas para o plantio e colheita de cana-de-açúcar para as usinas do grupo Cocal. Fonte: <http://www.cocal.com.br/conteudo/1/1/nossa-historia.html>

17 “A Usina Alto Alegre é responsável pelo plantio, extração, produção e industrialização da cana-de-açúcar. Como produtos resultantes estão o Açúcar e o Álcool Alto Alegre, que são comercializados e vendidos interna e externamente para diversos países. Como decorrência do processamento do bagaço da cana-de-açúcar, a Usina Alto Alegre, ainda produz energia elétrica. Atualmente, a UAA tem uma capacidade instalada para processar, aproximadamente 9 milhões de toneladas de cana por safra, e conseqüentemente produzir 20 milhões de sacas de açúcar cristal, 5 milhões de sacas de açúcar refinado amorfo, 330 milhões de litros de Etanol Hidratado Carburante e Anidro Carburante e cogera 263 MWh de energia elétrica.” Fonte: <http://www.altoalegre.com.br/sobre.aspx>

18 Empresa do setor frigorífico avícola com sede no município de Jaguapitã-PR. “Jaguafrangos Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. é uma empresa de abate de aves domésticas localizada no Estado do Paraná. Esta empresa de capital privado foi fundada no ano de 1992 e encontra-se em atividade há mais de 9 anos que a expectativa média de vida para uma empresa no Brasil, e há mais de 7 anos que a expectativa média de vida para uma empresa desse ramo de atividade. Esta empresa possui 5 estabelecimentos, entre filiais, sucursais, agências e outros.”

19 “A JBS é líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de aves, além de ter uma forte participação na produção de carne suína. Com mais de 200 mil colaboradores ao redor do mundo, a companhia possui 340 unidades de produção e atua nas áreas de alimentos, couro, biodiesel, colágeno, embalagens metálicas e produtos de limpeza. Presente em 100% dos mercados consumidores, a JBS é a maior exportadora do mundo de proteína animal, vendendo para mais de 150 países.” Fonte: [http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre\\_jbs](http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre_jbs)

já tinham agregado valor com o seu trabalho no desmatamento, preparo da terra, construção de infraestrutura e outras melhorias realizadas.

“A luta dos posseiros por suas terras registrou em 1944 a fundação de duas Associações de Lavradores, as mais antigas organizações de camponeses do país, precursoras das ligas camponesas de Francisco Julião, de meados da década de 1950 em Pernambuco. A de Porecatu reuniu 270 famílias e a de Guaraci outras 268 famílias. Sempre se teve em conta que a liga camponesa Dumont, em Ribeirão Preto, fundada pelo líder camponês e comunista Irineu Luís de Moraes, o Índio, era a mais antiga, mas foi fundada em 1945. Nada menos que 12 Ligas Camponesas foram criadas na região de Porecatu durante a resistência. O trabalho de organização camponesa prosseguiu mesmo depois de encerrados os conflitos armados. Dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados por comunistas naqueles anos em todo o norte, noroeste e oeste do Paraná. Em 1964 contava-se 67 sindicatos. Eles certamente figuram entre os primeiros do Brasil. (...) Foi também ali que se usou pela primeira vez a palavra *camponês* para designar o trabalhador rural sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário – uma apropriação dos termos *paysant* e *campesino*, utilizados na internacional comunista.”(Op. Cit. p. 17)

Após sete anos de conflitos, durando de 1944 a 1951, pode-se dizer que a guerrilha de Porecatu foi fracassada, no sentido de que os posseiros não conseguiram, em sua maioria, a posse da terra, obrigando-se a se deslocar para outras regiões de solos menos férteis ao sul ou a noroeste do estado. Por outro lado foi de lá que surgiram outros processos de luta pela terra, com a eclosão de Ligas Camponesas por todo o país que conseguiram colocar a questão do espaço agrário brasileiro em pauta em uma época em que o país se urbanizava a passos largos.

As terras de Porecatu passam a ser ocupadas por extensas porções de cana-de-açúcar principalmente após as décadas de 1970 e 1980, com a implementação do programa Proálcool (Programa Nacional do Alcool) pelo governo federal, em uma tentativa de enfrentar a crise internacional ocasionada pela alta no preço dos barridos de petróleo, substituindo, em parte, os derivados deste combustível fóssil por etanol na locomoção automotiva. O grupo Atalla é então o principal proprietário de terras na região, sendo que a economia municipal gira praticamente toda ao redor da colheita da cana-de-açúcar e no processamento industrial desta nas usinas de açúcar e Etanol desta mesma empresa<sup>20</sup>.

Após mais de 30 anos de atividades, o grupo Atalla se bate de frente com dificuldades financeiras, provenientes principalmente de multas adquiridas através de processos trabalhistas envolvendo a extensiva e lesiva utilização da força de trabalho, havendo inclusive o uso de trabalho análogo à escravidão. Notícias de jornais e órgãos governamentais dão conta de explicar a situação do grupo no começo dos anos 2000:

“Prefeitos das cidades de Florestópolis, Porecatu e de Alvorada do Sul, no Paraná, pedem apoio ao governo estadual em favor da Usina Central do Paraná. Em crise e

---

20 “Presidida pelo empresário Jorge Wolney Atalla, o grupo foi referência nos anos 70, início do Proálcool no Brasil. Atalla era considerado àquela época um visionário. Presidente da Copersucar naquele período, Atalla foi um dos idealizadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O CTC é considerado um marco pelo setor por desenvolver variedades de cana mais produtivas e um dos responsáveis pelo salto que o Brasil deu em etanol.” Trecho de notícia publicada no dia 19/01/2009 com o título “futuro incerto para usinas do grupo Atalla” no Jornal Cana, que visa produzir notícias, materiais e fatos sobre a produção sucroalcooleira no Brasil. Fonte: <https://www.jornalcana.com.br/futuro-incerto-para-usinas-do-grupo-atalla/>

endividada, a fábrica, pertencente ao Grupo Atalla, deixa de pagar seus funcionários. A economia regional gira em torno da empresa. Nesta quarta-feira (04), lideranças e trabalhadores de Porecatu e dos municípios vizinhos estiveram no Palácio das Araucárias, em Curitiba, em audiência com o governador Roberto Requião. Segundo a assessoria do governo, o chefe do Executivo anunciou que o governo vai estudar medidas efetivas para solucionar o problema. São cerca de 4 mil trabalhadores diretos que estão sem receber uma série de direitos trabalhistas, além de 12 mil autônomos e terceirizados que estão com os salários atrasados em cerca de cinco meses.”<sup>21</sup>

“O juiz da Vara do Trabalho de Porecatu acolheu o pedido do MPT. Na sentença condenatória, ele observou que a usina, há décadas, vinha praticando “dezenas de infrações aos direitos dos trabalhadores, atingindo bens da vida que lhes pertencem por força do que dispõem as normas jurídicas, muitos deles atingindo a dignidade, honra, imagem, vida e integridade psicofísica dos trabalhadores”. Para o juízo de Porecatu, o modo de agir da empresa revelava “total desprezo pelo ordenamento jurídico-constitucional, pelas fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, pelos termos de ajustamentos de condutas firmados com o MPT e pelas decisões da Justiça do Trabalho”<sup>22</sup>

“A superintendência do Incra no Paraná já vistoriou 22 imóveis que totalizam 32.183 mil hectares de áreas pertencentes ao grupo Atalla. Os imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Porecatu, Jaguapitã, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva e Alvorada do Sul. Dos imóveis vistoriados, sete deles, que somam mais de 10,6 mil hectares foram considerados improdutivos pelo órgão. Esse imóveis estão localizados nas cidades de Florestópolis, Jaguapitã, Porecatu, Centenário do Sul e Alvorada do Sul.”<sup>23</sup>

O que fica claro então, é que apesar do grande contingente de trabalhadores que têm a terra como fonte de sobrevivência, o Estado viabiliza, quase sempre, a retirada dos pobres para possibilitar a retomada do fluxo de um capital que tem a terra como lastro. São sempre as pequenas culturas camponesas sendo expropriadas, com o uso de aparato militar, paramilitar, jurídico e institucional para que as grandes empresas se estabeleçam e produzam grandes latifúndios monocultores de cana, soja, café, etc. Estes, no fundo, servem como fonte de lucro aos capitalistas, uma vez que a propriedade da terra – sendo ela grilada ou não – serve de base para a obtenção de crédito junto a bancos públicos e privados. Este dinheiro, que circula livremente por bolsas de valores, servindo a um movimento de especulação e reinvestimento tem, muitas das vezes seus pagamentos adiados e/ou perdoados pelo Estado, que regulariza os grilos de terra dos grandes latifundiários<sup>24</sup>. O mesmo Estado não titubeia em retirar as terras de

21 Publicado no dia 06/06/2008 no portal BrasilAgro, portal de notícias do agronegócio, sob o título de “Crise afeta usina do grupo Atalla”. Fonte: <http://www.brasilagro.com.br/conteudo/crise-afeta-usina-do-grupo-atalla.html>

22 Notícia da organização de direitos humanos *Terra de Direitos*, de 26/05/2011, com o título “Trabalho Degradante: usina no Paraná é condenada em R\$ 1 Milhão. Fonte: <http://terradedireitos.org.br/2011/05/26/trabalho-degradante-usina-no-parana-e-condenada-em-r-1-milhao/>

23 Notícia dada no site do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no dia 01/04/2014 com o título “INCRA/PR recebe a pauta de trabalhadores rurais”. Fonte: <http://www.incra.gov.br/noticias/incrapr-recebe-pauta-de-trabalhadores-rurais>

24 Este processo, apesar de antigo, segu até os tempos atuais, conforme ilustra Oliveira: “No final do ano de 2005, o governo Lula premiou os grileiros das terras públicas da Amazônia através do artigo 118 da lei nº 11.196/05 (a chamada “Medida Provisória do Bem”). Essa medida alterou a lei de licitações públicas (lei nº



pequenos posseiros sempre que julga necessário. Em oposição a este processo, que é histórico, há a resistência dos movimentos sociais populares que se faz importante na garantia de condições mínimas de sobrevivência digna para boa parte dos camponeses que não mais conseguem se manter na terra. Nestas mesmas terras, pertencentes ao grupo Atalla, a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se coloca neste contexto., no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu.

“As famílias Sem Terra que fazem parte deste acampamento são oriundas de outros acampamentos do MST e de outros movimentos sociais como CONTAG e de diferentes municípios como Terra Rica, Cascavel, Paiçandu, Arapongas, até mesmo do estado de São Paulo. Muitas vieram da cidade e estão pela primeira vez na condição de acampados. No início o acampamento chegou a comportar trezentas famílias, muitas destas desistiram, muitas foram acampar em outros acampamentos e atualmente tem aproximadamente 450 famílias sem terra organizadas em 45 núcleos de base, composto por dez famílias cada.”<sup>25</sup>

Agora, uma produção diversa e multicolorida substitui a monotonia do verde da cana-de-açúcar. Nos dias em que estive no acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu consegui observar a produção de feijão, mandioca, milho, couve, rúcula, mamão, jaca, manga, goiaba, brócolis, soja, etc., além da criação de animais como porcos, frangos, cabras e vacas. Apesar disso, há um intenso preconceito em relação aos acampados no município de Porecatu, uma vez que eles são responsabilizados pela redução das atividades do grupo Atalla na região e o consequente desemprego gerado no município. Isto porque são 3 acampamentos que ocupam as terras do grupo na região: Herdeiros da Luta de Porecatu, Zilda Arns, e o Manoel Jacinto Correia (homenagem a uma das lideranças da guerrilha de Porecatu). Apesar disso, é a renda obtida nos acampamentos que possibilita a existência mais perene de um comércio local, pois os acampados utilizam parte do que ganham em suas plantações para comprar remédios, produtos de limpeza, eletrodomésticos, eletrônicos, doces, pães, entre outros no centro da cidade. Alguns comerciantes já começam a entender a importância econômica dos acampamentos, tanto que no último dia das crianças o dono de um dos supermercados do município realizou uma grande doação de brinquedos para as famílias, fidelizando os consumidores ao seu comércio, em relação ao concorrente que, segundo relatos, trata mal os acampados.

Os movimentos de acumulação de capital que circulam pelas bolsas de *commodities* em todo o planeta moldam o campo e a cidade de acordo com os interesses de empresários para os quais o principal interesse é que a maior fluidez de capital possa lhes aumentar os lucros. Enquanto isso, na outra ponta da luta de classes, estão resistindo aqueles que necessitam da terra para morar e para sobreviver, e que são lançados de um lado a outro sem qualquer garantia

---

8.666/93), permitindo a regularização, através da venda, das terras públicas com área de até 500 hectares. Mas a banda podre dos funcionários do MDA/Incrá não se deu por satisfeita, e, via deputado paraense Asdrúbal Bentes (PMDB), apresentou no final de 2008 um projeto de lei que ampliava para até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) a dispensa de licitação e, conseqüentemente, a autorização para venda das terras do Incra aos grileiros.” OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Raposa e o Galinheiro. In: Le Monde Diplomatique Brasil. 05/03/2009.

25 ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU. Inventário de Realidade. 2016. p. 4.

do que é mais básico para a manutenção da própria vida. Mexe-se com vínculos objetivos e subjetivos, e insere-se à força uma racionalidade urbana que é estranha a grande parte das pessoas. Neste texto pudemos ver como os planos traçados pelo Estado e pelo capital geram resistências que estão integradas, no campo e na cidade. Estudá-las, de maneira isolada, nos faz perder uma série de implicações e fatores de análise importante se queremos compreender a sociedade em que vivemos. O planejamento urbano de grande parte das cidades do Brasil está interligado ao fato de que, devido as mudanças ocorridas no modelo produtivo agrário, comunidades rurais não conseguem mais realizar sua sobrevivência, abandonando locais onde viviam por gerações. De um lado e de outro, no campo e na cidade, existem resistências à violência típica da reprodução capitalista do Espaço além de novas propostas de sociedade.

### Referências Bibliográficas:

- AB’SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. Ateliê Editorial. Cotia-SP. 2007.
- BAITZ, Ricardo. *Implicação, um sedimento a se explorar na Geografia?* In Boletim Paulista de Geografia. n. 84. 2006.
- \_\_\_\_\_, Ricardo. O Método oswaldradino: uma leitura pela lente da análise institucional e da teoria da implicação. In: Revista Fronteiraz. n. 11. 2013
- DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. Contexto. São Paulo. 2004.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Boitempo. São Paulo. 2006.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto. 2010
- ESCOLA ITINERANTE HERDEIROS DA LUTA DE PORECATU. *Inventário de Realidade*. 2016.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Presença. Lisboa. 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **Posição Contra os Tecnoctatas**. Nova Crítica. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Rhythmanalysis: Space, time and Everyday Life*. Continuum. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Espaço, A produção do Espaço, a economia política do Espaço*. In *Espaço e Política*. Belo Horizonte. UFMG. 2008.
- \_\_\_\_\_. *La Presencia y La Ausencia: Contribución a la teoria de las representaciones*. Fondo de Cultura Economica. México. 1980
- MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Editora UEPG. Ponta Grossa. 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. Contexto. São Paulo. 2009
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Boitempo. São Paulo. 2011.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Hucitec. São Paulo. 1984.
- OIKAWA, Marcelo. *Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram*. Expressão Popular. São Paulo. 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Raposa e o Galinheiro*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. 05/03/2009